

QUE DESENVOLVIMENTO É ESTE – O QUE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL ATUANTES NO TERRITÓRIO DE SUAPE PODE MOSTRAR?

Manoel Pedro Vieira Filho¹; Débora Coutinho Paschoal Dourado²

¹Estudante do Curso de Administração - CCSA – UFPE; E-mail: manuelyvieira@gmail.com,

²Docente/pesquisador do Depto de Administração – CCSA – UFPE. E-mail: dcpdourado@gmail.com.

Sumário: Nos últimos anos, o Brasil tem presenciado políticas públicas que tem trazido grandes investimentos nos seus diversos territórios. Em Pernambuco, isso não foge à regra e tem-se como exemplo, o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS). As hipóteses que nortearam este estudo são que o CIPS se situa numa perspectiva de desenvolvimento neoliberal e cuja proposta é questionada por organizações da sociedade civil atuantes no território de Suape. Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo central: compreender como a participação da sociedade civil se relaciona com a definição de políticas públicas de desenvolvimento na região de SUAPE-PE. O presente estudo foi conduzido sob a abordagem qualitativa, utilizou-se pesquisa documental e bibliográfica, além de entrevistas com informantes-chave; por fim, recorreu-se à análise de conteúdo. Os resultados deste estudo apontam que o relacionamento da participação social com as políticas públicas parece se orientar pela premissa de uma política de desenvolvimento emergida a partir da coletividade. Dessa forma, implicitamente o Fórum Suape pode está seguindo a orientação do desenvolvimento local. Contudo, é preciso que esse desenvolvimento não esteja relacionado às minorações sociais, e nem tão pouco que a participação social seja utilizada para fins de sustentação do crescimento econômico apenas.

Palavras-chave: desenvolvimento; participação social; sociedade civil; Suape

INTRODUÇÃO

Tem-se presenciado que a intervenção do Estado é marcada por violência para com as famílias que vivem no entorno do Complexo (CAVALCANTI, 2013). Por outro lado, também se tem verificado uma maior participação das comunidades autóctones e de organizações da sociedade civil nos problemas sociais advindos dessa política de desenvolvimento: pescadores da região tem procurado se articular com ambientalistas para denunciar os desmandos na região (JORNAL DO COMMERCIO, 2013). Desse modo, chegou-se a seguinte questão de pesquisa: **como a participação da sociedade civil pode se relacionar com a definição de políticas públicas de desenvolvimento na região de SUAPE-PE?** A sociedade civil é movimento e instituição capaz de mobilizar ações coletivas formadas por uma variedade de atores (TEIXEIRA, 1999). Esses por sua vez, estão representados por espaços instituídos por distintos formatos organizativos os quais podem ser movimentos sociais, coletivos, fóruns, dentre outras possibilidades organizacionais e que refletem ações motivadas por uma variedade de lutas (TEODÓSIO, 2014). Dessa forma, tais organizações podem fazer com que o poder público tenha compromissos e respostas aos anseios dos segmentos sociais (TEIXEIRA, 1999). Nesse sentido, depreende-se que a participação social pode ser compreendida como um sistema interativo em que os agentes sociais influenciam-se mutuamente (TAVARES, 2014). Assim sendo, esse processo pode ser um caminho para que o contexto local tenha um novo patamar de desenvolvimento, no qual a sociedade civil, o

Estado e o mercado tenham uma forma ativa (TENÓRIO, 2007). Portanto, esse novo desenvolvimento pode ser construído a partir de um processo participativo não apenas contestatório, mas transformador na medida em que os diversos grupos sociais estejam incluídos por meio de um protagonismo ativo nos processos de produção, distribuição, consumo, vida política e criação cultural (BORDENAVE, 1983). Sob a perspectiva histórica, pode-se verificar os desdobramentos das teorias de desenvolvimento por meio de dois contextos: o capitalismo, com o seu modelo político-econômico liberal e individualista, e o socialismo, com uma perspectiva heterodoxa e coletiva (PIMENTEL et al, 2011). No desenvolvimento local, a sociedade civil ganha espaço nos projetos e programas que estimulam o desenvolvimento; contudo, precisa-se observar com um olhar mais crítico as reais posições do Estado e da sociedade civil nessa dinâmica com o capital; além disso, o local pode ganhar contornos globais que podem imprimir um desenvolvimento desigual.

MATERIAIS E MÉTODOS

A partir da natureza da problemática deste estudo, observa-se que sua abordagem é qualitativa, pois, o seu campo social é constituído por questões amplas (OLIVEIRA, 2005). Devido a isso, essa pesquisa é básica porque tem o objetivo de entender o significado do fenômeno estudado para os envolvidos (MERRIAM, 2002), neste caso, as organizações sociais. Para esta pesquisa, adotou-se a perspectiva qualitativa da análise de conteúdo. Esse método de análise permite produzir inferências por meio de comparações contextuais, entre os dados coletados e a lente teórica utilizada (FRANCO, 2008).

RESULTADOS

Quadro explicativo 1: Resultados encontrados. Elaborado pelo autor.

Categorias	Unidades de Registro
Prática social dos atores	Estratégia de diálogo Articulações Estratégia de trabalho conjunto Orientação Política Integração de ações locais com ações globais Fortalecimento do movimento
Desenvolvimento	Garantia de direitos humanos Crescimento Econômico Neodesenvolvimentismo Benevolências e Impactos do modelo de neodesenvolvimentismo
Território	Viver dignamente

DISCUSSÃO

O histórico que situa o CIPS nas políticas públicas presentes em Pernambuco parece mostrar que há a predominância de um modelo neoliberal de desenvolvimento. As evidências encontradas indicam a presença de duas abordagens: a estruturalista e o novo desenvolvimentismo. Pimentel et al (2011) mostram que o papel do Estado é evidente na abordagem estruturalista, não por conta das políticas estatais de desenvolvimento, mas sim pela capacidade de articulações com o financiamento externo. Com as mudanças de governo não só na esfera estadual, mas também no governo federal, principalmente, com a emergência da gestão do governo Lula; observa-se a influência do novo desenvolvimentismo. Tal fato é exemplificado no lançamento do PAC.

Nos relatos dos representantes do CMC e da FASE a perspectiva de desenvolvimento mostra indícios de problemas socioambientais que as comunidades da região enfrentam. Sob esse aspecto, a Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual, proposta por David Harvey, explica que a acumulação de capital pode acarretar alterações na espacialidade (SANTIAGO, CARVALHO, 2008). Dessa maneira, parece evidente a contribuição das políticas públicas para o processo de reorganização da espacialidade suapense. O exemplo de Suape enquanto modelo neoliberal de desenvolvimento não é único no Brasil, há diversos outros exemplos que podem reforçar tal paradigma como o entrevistado da FASE sinalizou. Talvez as políticas públicas colaborem com esse discurso oficial, e devido à forte orientação econômica fazem com que haja um esquecimento do contexto local, isto é, as dimensões culturais e locais (KNOPP et al, 2010) daquela localidade. As pesquisas documentais e as entrevistas dos líderes das organizações da sociedade civil também reforçam esse aspecto, tendo em vista que se ressalta o crescimento econômico do estado, a geração de empregos, e tenta-se esconder as reais condições dos habitantes das comunidades presentes em Suape.

Mesmo com tal modelo de desenvolvimento configurado na região, o Fórum Suape parece promover uma conscientização e trazer reivindicações diante da hegemonia desse paradigma de desenvolvimento. Com isso, abre-se a possibilidade de construção de um novo desenvolvimento calcado num processo participativo não apenas contestatório, mas de cunho transformador na medida em que os diversos grupos sociais estejam incluídos por meio de um protagonismo ativo (BORDENAVE, 1983) nessa localidade. Daí, a importância das experiências participativas dessa organização da sociedade civil. Percebeu-se que essas práticas participativas foram conduzidas por meio de dois dispositivos de participação social, os quais foram: a prática social dos atores sociais presentes nos encontro e o diálogo entre os participantes. Além disso, esses processos participativos parecem indicar um desenvolvimento calcado na dignidade humana para os segmentos sociais marginalizados pelo crescimento do CIPS, como estabelece Hermet (2002). Portanto, o trabalho desse movimento pode está sendo orientado pela premissa de que uma verdadeira política de desenvolvimento emerge dos ideais de uma coletividade (FURTADO, 2003).

CONCLUSÕES

Com base nas discussões apresentadas anteriormente, chega-se à conclusão de que o relacionamento da participação social, principalmente capitaneada pelo Fórum Suape, com as políticas públicas de desenvolvimento dessa localidade busca contestar o paradigma hegemônico de desenvolvimento. Nesse sentido, a organização da sociedade civil parece está orientada pela premissa de uma política de desenvolvimento estruturada a partir da coletividade.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq/UFPE pela concessão da bolsa de iniciação científica, assim como a orientadora Prof.^a Débora Dourado e aos amigos do Observatório da Realidade Organizacional.

REFERÊNCIAS

- CAVALCANTI, C. **Desigualdade Infinita**. Disponível em: <<http://www.interjornal.com.br/noticia.kmf?canal=7&cod=20090196>>. Acesso em: 02 Abr. 2013.
- FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 3^a ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.
- FURTADO, Celso. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- HERMET, Guy. **Cultura e Desenvolvimento**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.
- JORNAL DO COMMERCIO. Suape diante do desafio ambiental. **Caderno de Economia**, 25 Ago. 2013.
- KNOPP, Glauco ; DARBILY, L. V. C. ; VIEIRA, M. M. F. ; SIMÕES, Janaina Machado . **Cultura e Desenvolvimento Local**. In: Marcelo Milano Falcão Vieira; Rosimeri Carvalho da Silva; Marcio Silva Rodrigues. (Org.). **Cultura, Mercado e Desenvolvimento**. Porto Alegre: Da Casa, 2012.
- MERRIAM, S. B. **Qualitative research in practice: examples for discussions and analysis**. San Francisco: Jossey - Bass, 2002.
- OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses**. 3^a ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- PIMENTEL, Thiago Duarte et al. Governança Territorial como estratégia de gestão social do desenvolvimento. In: FERREIRA, Marco Aurélio Marques; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; GAVA, Rodrigo. **Administração Pública, Gestão Social e Economia Solidária: Avanços e Desafios**. Viçosa, MG, 2011.
- SANTIAGO, J. R. ; CARVALHO, I. G. A. . Teoria do desenvolvimento geográfico desigual: uma reflexão sobre as condicionalidades de David Harvey. In: Lívio Andrade Wanderley; Osmar Gonçalves Sepúlveda. (Org.). **Reflexões de Economistas Baianos 2007-2008**. 1ed.Salvador: Corecon-Ba, 2008, v. , p. 19-360.
- TAVARES, Augusto de Oliveira. Participação. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 133-135.
- TEIXEIRA, Elenaldo Celso. Sociedade Civil e seu papel político: o local e o global como espaços de participação social. **O&S**. v.6. n.14. jan/abr. 1999.
- TENÓRIO, Fernando G. (org.). **Cidadania e Desenvolvimento Local**. Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.
- TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Souza. Organizações da sociedade civil. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 128-132.